

## O serviço e o poder do jornalismo investigativo na política e economia brasileira: em contexto do jornal O Estado de S. Paulo<sup>1</sup>

Hanna YAHYA<sup>2</sup>

Pâmela BRASIL<sup>3</sup>

Luísa Guimarães LIMA<sup>4</sup>

Instituto de Ensino Superior de Brasília, Brasília, DF

### RESUMO

No dia 17 de maio de 2017, foram divulgados, pelo Supremo Tribunal Federal, áudios da delação do empresário Joesley Batista, proprietário da J&F Investimentos, nos quais ele afirmava a participação direta do presidente Michel Temer em uma operação para compra do silêncio do deputado Eduardo Cunha. Neste artigo analisaremos como a mídia enfrentou e expôs à sociedade tal acontecimento. Além disso, o artigo preocupa-se em discutir de que forma o jornalismo investigativo é desempenhado hoje nos meios de comunicação. Para esse estudo de caso, empreendemos pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo Investigativo; Mídia Brasileira; Influência; Política.

### Introdução

No processo de produção de reportagens investigativas é necessário analisar, com atenção, a questão da ética jornalística. O assunto envolve quem produz e quem é investigado, assim, o emprego da ética e a atenção aos direitos humanos são pontos essenciais a se levar em consideração no momento da produção de uma matéria. Nos últimos anos, um outro tipo de jornalismo vem sendo praticado entre: um jornalismo sem aprofundamento e pesquisa, investigação da veracidade dos fatos e até mesmo sem profundidade de apuração por parte dos profissionais.

Tomando este cenário como base, o presente artigo analisa a cobertura do acontecimento da noite do dia 17 de maio de 2017, em que o empresário Joesley Batista, um dos donos da J&F (uma das maiores indústrias alimentícias do mundo), relatou, através da delação premiada, o envolvimento do presidente Michel Temer em uma operação para

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 13 a 15 de junho de 2018.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação do 7º semestre do curso de Jornalismo do IESB. E-mail: [hannayahya@hotmail.com](mailto:hannayahya@hotmail.com)

<sup>3</sup> Estudante de Graduação do 7º semestre do curso de Jornalismo do IESB. E-mail: [pbrasil.assessoria@gmail.com](mailto:pbrasil.assessoria@gmail.com)

<sup>4</sup> Orientadora do trabalho. Professora de Jornalismo do Centro Universitário IESB. E-mail: [luisaglima@hotmail.com](mailto:luisaglima@hotmail.com)

comprar o silêncio do deputado cassado Eduardo Cunha. O Brasil amanheceu em choque após a delação vir à tona. A oposição já discutia quem seria o sucessor do presidente e articulavam um possível impeachment.

Neste sentido, levantaremos de que forma foi realizada a cobertura de imprensa em assuntos que envolvem o presidente Michel Temer na semana em que ocorreu a delação de Batista. O objetivo é analisar a abordagem do jornal Estado de S. Paulo, nos cadernos de editoria e política, nas matérias que têm, como assunto principal, a delação e futuros deslinchamentos. Para isso, selecionamos os cadernos, comparamos os textos e as diferenças das abordagens. Ademais, discutimos o papel político dos meios de comunicação, assim como a influência destes para a formação da percepção política da sociedade brasileira.

A mídia nasceu em uma esfera existencial diferente (não necessariamente como quarto poder) e não tem apenas, como função, se responsabilizar pela propagação de produtos midiáticos – neste caso, de notícias – mas ela também forma e edifica as relações sociais, “inclusive da cidadania, como parceira no papel central e instituinte dos formatos de sociabilidade” (ALBANO; RAULINO, 2012, p. 2). Deste motivo vem a importância de se discutir como ela traz um fato tão importante da história brasileira. É notória a força dos meios de comunicação ao construir uma memória na sociedade. Tanto que, alguns autores, como Marialva Barbosa, afirmam que a mídia é, justamente, classificada como “senhora da memória”, por ter o poder de produzir uma específica lembrança na mente de cada cidadão (2004). É, então, de fundamental importância que se tome cuidado ao selecionar cada notícia e a forma de hierarquizar as informações que serão divulgadas, pois delas cada leitor tirará a conclusão do que se passa no meio que se vive. No caso do artigo, o que se passa no meio político e econômico que se vive, com grandes consequências para a vida social.

## **1. Metodologia**

O processo da metodologia, em um trabalho acadêmico, sem dúvidas é uma das fases mais extensas e criteriosas e que exigem, do pesquisador, maior atenção. A metodologia nada mais é do que o estudo da organização – ou seja, é dela que se lista os principais passos que serão percorridos para chegar ao objetivo geral. Na etimologia da palavra tem como significado o estudo dos caminhos, sendo, assim, o que se deve fazer até chegar ao que se quer mostrar.

Neste presente artigo começamos com o método da pesquisa bibliográfica. Quando um trabalho acadêmico começa a ser produzido, é preciso passar por um processo de planejamento global inicial, no qual o autor identificará, localizará e obterá a bibliografia adequada ao objetivo de seu trabalho. Ao encontrar-se nesse momento da metodologia, é preciso saber se o material que está sendo recolhido poderá servir de apoio para a afirmação que se quer fazer.

Conforme Stumpf (2005, p. 54) afirma, durante a leitura, o indivíduo saberá apontar e separar quais são os conceitos que cabem melhor ao objetivo do seu trabalho chegando à uma formulação determinada. Haverá, então, análise dos dados recolhidos com o auxílio de palavras-chaves, subtemas, além de definir os limites de espaço (área geográfica) e tempo (período da obra lida) para que o leque de opções não seja tão amplo. É preciso realizar uma espécie de fichamento ou anotação dos registros para poder referenciar os livros, artigos, teses, dissertações e trabalhos variados que foram lidos. E, para concluir, cabe um resumo no qual o escritor poderá opinar sobre o que foi lido e, caso queira, embasar com as palavras dos próprios autores.

Na segunda fase da produção da metodologia, utilizaremos o estudo de caso. Este método consiste em uma investigação experimental, na qual um fenômeno atual é analisado dentro de um contexto real. De acordo com Duarte (2005, p. 216), o estudo de caso é utilizado, em sua maioria, nos momentos em que se é preciso responder “como” e “por que” aquele objeto – que precisa ser “específico e funcional” – está sendo escolhido para estudo. As características principais são: o trabalho deve estar centralizado em uma única situação particular, deve ser submetido à constante reflexão, deve ser desenvolvido para formar novos pontos de vista e deve ser produzido com a utilização do raciocínio indutivo para encontrar outras ligações entre os elementos estudados.

A intenção em utilizar o estudo de caso é possibilitar uma pesquisa generalizante, sem que, especificamente, tenha que se particularizar ou especificar a análise do objeto. Segundo Yin, “o estudo de caso, como experimento, não representa uma ‘amostragem’, e o objetivo do pesquisador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística)” (2001, p. 28, apud DUARTE, 2005, p. 21). Segue-se, então, os seguintes passos para a formulação de um estudo de caso: decidir os pontos e questionamentos e encontrar as fontes; extrair sistematicamente informações e dados de

acordo com o objeto escolhido; após a recolha, analisar e interpretar os dados, para, então, produzir o relatório, que dará mais consistência e credibilidade ao trabalho final.

E, para finalizar, não poderíamos deixar de utilizar o método da análise de conteúdo – método tal que está presente na maioria dos mais antigos trabalhos de comunicação. Segundo Júnior (2005, p. 286), a análise de conteúdo dedica-se a fazer a análise de mensagens, seguindo determinações ligadas a sistematicidade e confiabilidade. A orientação é feita empiricamente e é sempre ligada a acontecimentos reais. O estudo nas noções de conteúdo tem relação com a mensagem, com o canal em que é transmitida, como é feita a comunicação e em qual sistema. Também conta com metodologia própria, na qual o autor poderá ser independente ao buscar os resultados.

Durante a utilização do método da análise de conteúdo, é necessário explicitar quais são os dados que estão sendo considerados, quando e como aconteceram e em qual momento foram extraídos. Além disso, deve-se, também, informar qual o contexto dos dados retirados, pois isto pode mudar toda a interpretação do discurso analisado. Ao construir este ponto de vista, o autor também deve deixar claro os pensamentos já formulados acerca das informações contextualizadas, assim como a intenção para se realizar as inferências conclusivas. Após feita a seleção do material, é feita a conexão entre os dados obtidos e critérios rígidos para que se possa fazer a validação dos resultados desta metodologia, para que, de acordo com o conceito da análise de conteúdo, qualquer outra pessoa possa comprovar se a conclusão demonstrada é, de fato, exata.

## **Desenvolvimento**

### **1. Revisão Bibliográfica**

A atividade jornalística é conhecida por descrever os fatos ocorridos, mas, sobretudo, investigá-los e contar à sociedade uma determinada história. O jornalismo investigativo nasce como uma área específica dentro da profissão. Alguns autores defendem que não existe, de fato, jornalismo investigativo como uma área, mas que o jornalismo por si só já é investigativo.

Segundo Nascimento (2010), a ideia central do conceito de jornalismo investigativo é o resultado da investigação do próprio repórter, mas que matérias publicadas pela imprensa

são jornalísticas, mas não são, necessariamente, investigativas. Em relação ao mesmo conceito, Schmitz (2011) ressalta, também, o jornalismo com função informativa, centrada no fato, em busca da verdade e independência, e, principalmente, na objetividade e prestação de serviços. “Há uma diferença entre descobrir uma irregularidade e descobrir que alguém descobriu uma irregularidade. É a essa distinção e aos efeitos que ela produz no jornalismo investigativo que se dedica este livro”. (NASCIMENTO, 2010, p. 4).

É analisável se existe uma diferença dentro da profissão entre o ser descoberto e discussão da descoberta. No Brasil, esse modelo de reportagem começou a ganhar força na medida que grandes escândalos políticos começaram a se sobressair.

Hunter (2013) baseia-se no conceito de que o jornalismo investigativo é a resposta para questões que estão ocultas na sociedade, e que isso apoia-se necessariamente em fontes e documentos em segredo. O autor também ressalta a importância recompensadora do meio para o público.

Mas, de fato, o que é o jornalismo investigativo? Entende-se como uma cobertura objetiva que diferencia-se do jornalismo convencional, quando o então “por que” do lead torna-se o “como” baseado em um aprofundamento realizado diretamente pelas mãos de um repórter. Trata-se, então, de um trabalho ativo de apuração do jornalista.

De acordo com Schitz (2011), a profissionalização do jornalista a serviço da fonte desprendesse das redações e “profissional mediador” para assumir um novo papel: articulador das informações. “As notícias resultam de processos complexos da interação, mas há limites na sua produção, por isso, cada vez mais as fontes fornecem conteúdos prontos para uso”. (SCHITZ, 2011, p. 11).

### **1.1 Relação fonte e investigação**

Usualmente, a utilização de métodos como grampos, câmera escondida, por vezes podem ferir a ética do profissional. Faz-se necessário a melhor apuração por parte do repórter sobre o tema e documentos permitindo um melhor avanço. Fontes não-oficiais, em casos de investigação, são as mais utilizadas. De fato, a cobertura tradicional do jornalismo depende

inteiramente de informações vindas de terceiros, já a cobertura jornalística é uma busca onde o pontapé inicial é vindo por parte do repórter.

Schitz (2011) destaca que ir em busca da fonte que fornece a informação exata sobre determinado fato é aplicada ao jornalismo investigativo, mas perde-se em lógica, quando a fonte que vai em busca do jornalista oferecendo material pronto. E isso, segundo ele, denota um poder limitado em pautar temas da atualidade. “Na ação pessoa dos jornalistas, as notícias dependem do que as fontes dizem e refere-se notadamente ao processo do *gatekeeper*, isto é, ao jornalista que tem o poder de selecionar as notícias [...]”. (SCHITZ, 2011, p. 12).

Segundo Hunter (2013), existe uma diferença notável entre fontes do jornalismo tradicional e investigativo. Qualquer investigação se torna complicada pelo envolvimento de inúmeras fontes, que é importante para validar, então, aquela acusação.

Rogério Christofolletti, no livro “Monitores de Mídia” (2003), ressalta a questão da ética como uma problemática extremamente importante dentro do jornalismo investigativo. Ele acredita que existe uma relação frágil entre o jornalista com o código de ética. A resposta para essa questão seria então, segundo o autor, a utilização dos meios, que levam o próprio nome do livro, de monitores de mídia, que fariam uma ronda na conduta dos profissionais. A ética é imprescindível em reportagens jornalísticas e desde os primórdios requer pesquisa e atenção aos direitos humanos.

## **1.2 A influência da mídia e a existência – ou não – do quarto poder**

Com o mundo muito mais dinâmico e os fatos acontecendo de forma muito mais veloz, não é fácil explicar como a mídia funciona nos dias de hoje. Nem mesmo as teorizações possíveis estão conseguindo acompanhar esse fenômeno. Neste presente artigo temos o objetivo de mostrar a influência e o poder da mídia no meio político, como esse meio sobrevive a base da credibilidade e como a mídia é responsável por todo o processo de desenvolvimento dessa credibilidade. Qual o poder dela e como ela pode influir para construir ou destruir uma imagem?

J. Thompson, em sua obra *A mídia e a modernidade* (1998), explica que, na sociedade atual, não há esfera existente que não se relacione com a mídia. O autor até mesmo cita o termo “contaminada”. É como se qualquer meio dos dias de hoje estivesse cercado pelas

palavras, ideias e imagens que a mídia coloca a frente dos olhos da sociedade e que, por boa vontade ou não, acaba atingindo a todos.

Moscovici (2002) corrobora com a tese de J. Thompson ao afirmar que o espírito do tempo de hoje, ou seja, a alma da contemporaneidade é a comunicação. “As representações sociais se construindo, por assim dizer, diante de nossos olhos, na mídia, nos lugares públicos, através desse processo de comunicação que nunca acontece, contudo, sem alguma transformação” (MOSCOVICI, 2002, p. 205). A sociedade, agora, se embasa na comunicação e na forma de fazer conhecimento através da informação.

Levando-se em consideração que os meios de comunicação devem, constitucionalmente, ter a função de ser porta-voz da sociedade como um todo, como é possível que, até então, a voz de muitos grupos seja silenciada e estes não terem a participação que lhes é de direito na construção da democracia? A mídia, neste processo, tem total influência. De acordo com Bucci (1997),

[...] televisão é poder porque ela se confunde com o próprio poder. A TV anda devagar porque a evolução política é vagarosa e é sabido que, no Brasil, as mudanças na política (e no próprio Estado) costumam ser lentas e graduais, quase nunca se dão por ruptura. Pois assim é com a TV. Ela avança (ou não) segundo as mesmas leis que regem os avanços (ou não) das formas de poder. (BUCCI, 1997, p. 18).

E esse poder é evidente principalmente pelo fato dos meios de comunicação brasileiros serem apropriados por um número minúsculo de proprietários. Há uma concentração incongruente da mídia nas mãos de poucos empresários. Esse fator faz com que haja a dúvida até mesmo da democracia existente no país. Será que, em um local que a mídia é apropriada por poucos que podem escolher e decidir quem terá acesso e a que terá acesso, existe a tão real e idealizada democracia?

A mídia pode ser interpretada como instituição e como meio. Para o objetivo deste artigo, temos que analisá-la no viés de instituição, pois é dela que “nasce” o conceito de quarto poder. Ianoni (2013) nos propõe que, no meio social, a mídia deve fiscalizar o trabalho dos três poderes ao informar o povo e denunciar fatos que estejam em desacordo do interesse do mesmo povo. Mas, na prática, o que se vê é a mídia de forma empresarial, como uma

---

empresa de comunicação que não só forma opiniões, mas também manipula, ao disfarçar a face de responsável pelo monitoramento público.

De acordo com Lipovetsky (2004), toda a inovação trazida com a mídia e a informática possibilitou uma sensação de simultaneidade, de imediatez. Difundiu, principalmente, os valores do aqui-agora e ajudou por permanecer a vontade humana pelo presente, pelo momento. O autor sugere que esta mudança não foi perpetuada pela mídia, mas ela foi quem deu voz e espaço para que isso chegasse até a população. Levando-se em consideração que tudo ficou mais rápido, a mídia também teve que se adaptar a uma nova lógica da sociedade, inclusive para continuar cumprindo seu exercício de poder.

Ao comparar a visão de Charles (2004) com Lipovetsky, é possível observar um pouco mais de pessimismo quanto ao alcance do quarto poder. Charles generaliza ao afirmar que os discursos midiáticos estão todos contaminados por discursos idealistas políticos e também sensacionalistas, que, em vez de informar, desinformam a sociedade. “Em vez de elevar o nível do debate público, a mídia transforma a política em espetáculo. Em vez de promover uma cultura de qualidade, ela nos proporciona variedades insípidas”.

## **2. Resultados**

Na edição do dia 18 de maio de 2017 foram 7 matérias de cunho jornalístico que envolveram o tema. Nessa edição, não houve matérias sobre o assunto na editoria de economia. A primeira matéria, que, inclusive, conduzia a capa, não estava assinada. Não houve a busca por fontes ou investigações preliminares. O jornalista afirma que a informação foi divulgada por outro jornal e confirmada pelo Estadão. Todas as informações seguintes, inclusive as aspas de fontes, foram colocadas como “segundo o jornal x”. Na matéria seguinte, outro jornalista – que assinou a matéria – afirma a acusação ao presidente Temer. Desta vez, foi observado que houve uma apuração por parte do Estadão para as informações coletadas.

A cena se repete nas matérias seguintes, textos angulados em cima de notas oficiais por parte de assessorias. Nestas notas, também destacadas na página principal, nota-se um clima pessimista e sem previsão de um futuro diferente, principalmente no setor econômico do país.



---

É importante ressaltar que as matérias foram escritas baseadas no áudio da delação de Joesley ou de notas por parte de assessorias oficiais e não houve consulta às fontes para comprovar qualquer tipo de informação. Em alguns casos, o jornalista chega a reiterar que “investigadores dizem”, mas, em momento algum, foram usadas informações de fontes, mesmo que sem revelar nomes.

O duplo do jornalismo investigativo em estado quimicamente puro virou a cópia de boletins de ocorrência, de sentenças de juízes, de denúncias de promotores e procuradores. Documentos que, no melhor do jornalismo investigativo, deveriam ser um ponto de partida, viram pontos de chegada. (apud TOGNOLLI, 2005, 82).

Na edição do dia 19 de maio de 2017, pode-se perceber a presença muito forte das aspas da assessoria presencial. Esta fonte oficial é tratada, de certa forma, como fonte essencial para a angulação da maioria das matérias. Todas elas são relacionadas ao caso da delação e levam, também, a angulação segundo a divulgação dos áudios pelo Supremo Tribunal Federal.

Se, em invés de serem pautadas, as fontes pautam, então se estabelece um poder que mede força com o “poder da imprensa”. Mas, as fontes não estão preocupadas com isso, e sim em estabelecer uma conexão estruturada para agendar os meios e comunicar-se com públicos prioritários e a sociedade. (SCHITZ, Aldo Antonio, 2005, 9).

Nenhuma matéria do jornal Estado de S. Paulo, sobre o assunto deste estudo, foi produto de investigação de jornalistas. Boa parte das reportagens escritas foram descrições e resumos de áudios. Em poucos casos houve entrevista direta de jornalista a fontes oficiais.

É possível perceber que a assessoria de ambos envolvidos se torna produtor direto de notícias do jornal, direcionando as decisões no processo jornalístico e pautas do próprio veículo. Criando fatos, oferecendo diretamente produtos, excluindo-se, então, critérios de escolhas de acontecimentos.

Os fatos ocorridos desde a delação começaram a impactar no mercado financeiro brasileiro, já que a acusação era direta ao presidente da república. Nas matérias desta editoria pode-se perceber um maior esforço por parte dos jornalistas, pois existe uma busca por fontes, como especialistas no assunto econômico.

---

Existe, então, uma diferença clara entre as duas editorias. Schitz (2005) afirma que existem dois tipos de fontes: as primárias, que “fornecem diretamente a essência de uma matéria, como fatos, versões e números” e as fontes secundárias, que “contextualizam, interpretam, analisam e comentam uma matéria produzida a partir de uma fonte primária”.

O assunto estremeceu o país. As capas do Estado de S. Paulo, do dia 18 de maio até o dia 21 de maio, foram abertas com matérias, notas e colunas relacionadas à delação e aos desdobramentos dos áudios divulgados. Na edição do dia 20 de maio, na editoria de política, foi observado um interesse maior, por parte do jornal, de confirmar as informações recebidas ou por assessorias ou por “fontes próximas” (estas, nunca denominadas). No entanto, não há buscas de fontes novas, com exceção das entrevistas realizadas com o advogado do então presidente Michel Temer e com o perito que julgou a veracidade do áudio divulgado pelo STF. Houve divulgação de informações retiradas por notas, cartas abertas e áudio de delações.

Já na editoria de economia, da mesma edição, é observado outro comportamento por parte do veículo. Os jornalistas responsáveis pelas matérias não se preocuparam em apenas destrinchar informações dos áudios já divulgados há, então, dois dias, mas sim acompanhar a reação do mercado econômico – que é imediata e constante – diante do cenário político conturbado. Foram contactadas, diretamente, não só fontes ligadas ao governo, mas analistas, professores e ex-funcionários de empresas importantes, como o Banco Central, para dar maior sustentação a matéria final.

No último dia desta semana agitada para o meio político, 21 de maio, domingo, ocorreu a retrospectiva do ocorrido e a repercussão nos dias seguintes. O que, até então, não tinha sido observado na editoria de política das edições anteriores, foi observado nesta. O presidente Michel Temer concedeu uma entrevista ao Estadão, em exclusiva, fato este que chegou a capa do jornal nesta edição e abriu o caderno de política. Além disso, o jornal, em praticamente todas as matérias da editoria em questão, conseguiu entrevistar fontes, confirmar informações diretamente com os responsáveis e, também, apurar dados antes recebidos e não verificados.

Na editoria de economia do dia 21 de maio, a posição foi um pouco diferente se comparada a que foi tomada na editoria de política e na capa do jornal. Apenas uma notícia foi voltada à delação e as eventuais consequências para a economia brasileira. O Estado de S.

Paulo, nesta edição e neste caderno, deu espaço para o assunto aparecer, em sua predominância, através de colunas, artigos e entrevistas.

Na análise deste conteúdo pudemos comprovar, em suma, o que McCombs (2009) afirma: “as fontes de notícia (organizações), assessorias de imprensa (relações públicas) e a política definem as regras para o agendamento da mídia. A maioria das informações é preparada pelas fontes no exato estilo das notícias jornalísticas”. Não é de se surpreender que a forma que o jornal aborda esse assunto, com as mesmas fontes “quadradas” de todas as editorias e de todas as matérias, continuem sendo iguais na situação crítica que o país vive.

### **Considerações Finais**

A partir da conclusão do estudo, é possível constatar que existe um descaso com a investigação e o aprofundamento da apuração das matérias analisadas, que, de alguma maneira, contribuíram para o atual debate sobre o tema. Os jornais brasileiros permitem explicar melhor a distinção entre reportagens investigativas e as reportagens de investigação. O desaparecimento contínuo do jornalismo investigativo no Estado de S. Paulo contribui para o aumento da prática do jornalismo declaratório no país.

Desde a produção, apuração, busca por informações e até repórteres infiltrados, pode-se concluir que as características principais do cotidiano do jornalismo (a veracidade, a busca por informações reais, a transparência ao levar estes fatos à sociedade) já praticamente não existem. Os profissionais precisam compor sua matéria e respaldar as informações publicadas. Em uma parte irrisória das reportagens analisadas ao longo deste artigo há modelos do jornalismo investigativo. Essa quantidade insignificante prova que o cenário, analisado e criticado por nós, precisa de urgente mudança.

Os periódicos, hoje, têm a mesma função: devem informar a sociedade sobre os acontecimentos que interferem no cotidiano de uma população, sejam eles nacionais ou internacionais. Porém, a forma como estes fatos foram levados ao entendimento dos cidadãos, evidencia um distanciamento relativo ao posicionamento por parte do veículo, e isso consequentemente altera a forma que as pessoas têm de compreender o mundo que as cerca e as interpretações sobre o que acontece nele. As opiniões se moldam, são padronizadas, e isso prejudica o nascimento de opiniões diferentes, ou seja, dificulta um debate amplo, aberto e maduro referente a sociedade e seus problemas.

Boa parte das matérias veiculadas pelo jornal – que é símbolo de jornalismo impresso brasileiro – prova que as fontes deixaram de ser apenas uma contribuição, um complemento para as reportagens, se tornando praticamente todo o conteúdo, automaticamente divulgando interesses das fontes. Esse processo de análise evidencia então que a investigação não é mais a prioridade do jornalista e sim uma peculiaridade e que a declaração está cada vez mais presente nos jornais impressos, como o Estado de S. Paulo, sujeito deste estudo.

## REFERÊNCIAS

ALBANO, Sebastião G.; RAULINO, Gabriela D. **Mídia, lazer e pós-modernidade: alguns apontamentos**. Disponível em: <<http://intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-2099-1.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

BUCCI, E. **Brasil em tempo de TV**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

CARVALHO, Fabricio; FRIDERICHS, Bibiana. A mídia como meio e como instituição na hipermodernidade e na modernidade líquida. **Revista Iniciacom**, São Paulo, v. 5, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/iniciacom/article/view/1757>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

CASTELLS, Manuel. Inovação, liberdade e poder na era da informação. In: Moraes, Dênis de (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 225-231.

CHARLES, Sébastien. O individualismo paradoxal: introdução ao pensamento de Gilles Lipovetsky. In: LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004. p. 11-48.

DUARTE, Marcia Yukiko. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

HUNTER, Mark Lee; HANSON, Nils; SABBAGH, Rana; SENGERS, Luuk; SULIVAN Drew; SVITH, Flemming Tait; THORSEN, Pia. **A investigação a partir de histórias: Um manual para jornalistas investigativos**. UNESCO, 2013.

IANONI, Marcus. **Sobre o quarto e quinto poderes**. Disponível em: <<http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/CIENCIAPOLITICA/quarto%20e%20quinto.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2017.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais – investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 205-206.

NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas: O fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil**. Porto Alegre: Arquepélago, 2010.

SCHITZ, Aldo Antonio. **Fonte de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

STUMPF, Ida Regina. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, Jorge. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**. Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.